



GT 042. Maternidades, partos e cuidado infantil: políticas dos corpos, direitos humanos e antropologia em ação

Rosamaria Giatti Carneiro (UnB) - Coordenador/a,
 Elaine Müller (UFPE) - Coordenador/a, Giovana
 Acacia Tempesta (UnB) - Debatedor/a, Fernanda
 Bittencourt Ribeiro (Pucrs) - Debatedor/a, Camila
 Pimentel (Fiocruz Pernambuco) - Debatedor/a

Este GT pretende dar continuidade às discussões inauguradas na RBA de 2014 e em outros fóruns de debate antropológico nos últimos anos. Se, de início, nos concentramos nos debates sobre parto, assistência médica e movimentos de mulheres na atualidade, os últimos anos têm nos dado mostra da ampliação da reflexão nesse campo. A antropologia do parto tornou-se, pouco a pouco, a antropologia das maternidades, dos corpos e da infância, tematizando literalmente o cuidado em sua vida social desde uma perspectiva de gênero. Muitos têm sido os seus desdobramentos que nos incitam a propor este grupo, quais sejam: as maternidades contra-hegemônicas; as novas parentalidades; as teorias da maternagem, a criação com apego, a disciplina positiva e seus dilemas; a vida profissional e a maternidade no século 21; as mães e deficiência no contexto do Zika Vírus; aborto; os movimentos sociais-econômicos maternos; a política e a maternidade; as desigualdades e maternidades; as noções de infância; os direitos no/do parto; a pesquisadora como mãe e a antropologia feita por mães, para além, é claro, dos debates sobre assistência médica, leituras de parto, pós-parto e amamentação. Por essa razão, trabalhos que contornem esse leque investigativo serão mais do que bem-vindos no sentido de despertar diálogos antropológicos sobre direitos humanos e maternidades em amplo e em sentido amplo.

Parir na casa da sororidade: vinculando ética, estética e política em torno do parto

Autoria: Giovana Acacia Tempesta

A partir de pesquisa etnográfica com doulas alinhadas à medicina baseada em evidências científicas que atuam em Brasília (Tempesta, 2018), pretendo refletir sobre a construção político-estética do conceito de violência obstétrica (Pulhez, 2013; Sena, 2016) em articulação com a noção de sororidade, no cenário da humanização do parto e do nascimento no Brasil. Proponho que, nas últimas décadas, o conceito de violência obstétrica se configurou no interior de uma relação de sororidade entre mulheres pertencentes sobretudo a camadas médias urbanas, empenhadas em ter um parto respeitoso ou humanizado, que se aliaram a profissionais da saúde e pesquisadoras críticas do modelo vigente (Tornquist, 2004; Diniz, 2005; Carneiro, 2015). Nos últimos anos o escopo desse conceito vem se expandindo e se consolidando em esferas político-institucionais por meio de uma estratégia social que dialoga com pautas feministas. Em vários estados e municípios existem leis destinadas a coibir e punir a violência obstétrica. No Distrito Federal, recentemente foi aprovada uma lei que instituiu um conjunto de medidas visando à proteção das mulheres grávidas e paridas no cuidado da atenção obstétrica. Ao performar uma ética distinta daquela vigente no universo médico-hospitalar, uma ética cujos princípios exprimem um modelo de sociabilidade pautado em respeito, empatia, integralidade e troca simétrica de informações, saberes e experiências pessoais, questiono se as doulas estariam engajadas na configuração de uma nova sensibilidade para os outros, de acordo com a qual a assimetria funciona em favor do outro, e não de si (Milovic, 2003). Esta crítica ao modelo hegemônico de atenção obstétrica se fundamenta em um certo tipo de vinculamento percebido com positivo (Latour, 2016), que parece ser potente a ponto de permitir neutralizar o espaço em favor de um tempo outro, em favor de novas possibilidades de fluxo de vida (Milovic, 2003). Desejo focalizar aqui um elemento que se apresenta como uma política da amizade de caráter não falocêntrico (Ortega, 2000; Agamben, 2010), e que vem dialogar com a perspectiva descolonial do sujeito adotada por algumas pesquisadoras do parto (Pimentel



et al., 2014). Ao agir idealmente como uma irmã, a doula estaria performando um experimento igualitário face a estruturas rigidamente hierarquizadas, que geralmente reservam às mulheres posições de subordinação, invisibilização, silenciamento, alienação e passividade; estaria se inserindo de forma contundente na disputa de significados no universo da atenção obstétrica, engajando-se numa batalha ético-política pela reconfiguração do conceito de 'risco', na qual não são desconsideradas as disparidades resultantes da interseccionalidade de raça e classe.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

